

Artículo de Investigación

As práticas informais urbanas: uma resposta para as comunidades

Informal urban practices: an answer for communities

Lorena Helena Anile: Instituto Politécnico de Portalegre. Portugal.

lorena.anile@ipportalegre.pt

Data de receção: 14/06/2024

Data de aceitação: 20/08/2024

Data de publicação: 17/09/2024

Como citar o artigo

Anile, L. H. (2024). As práticas informais urbanas: uma resposta para as comunidades [Informal urban practices: an answer for communities]. *European Public & Social Innovation Review*, 9, 01-20. <https://doi.org/10.31637/epsir-2024-680>

Resumen

Introdução: As práticas informais urbanas estão cada vez mais sendo consideradas como funcionais no ceio do desenvolvimento da sociedade urbana, seja ela formal ou informal. A nível comunitário estas práticas são mais perceptíveis, considerando-nas como estratégias que os atores sociais criam para atender a sua necessidade de habitar na cidade. **Metodologia:** Este estudo tem como método de pesquisa qualitativa, de natureza indutiva, realizada através da pesquisa de terreno, utilizando como técnica e instrumento de recolha de dados a observações não-participante, análise documental, pesquisa bibliográfica e a realização de 07 entrevista (história de vida). **Resultados:** As práticas urbanas informais se manifestam na coletividade através das relações sociais, se concretizando mediante as redes de solidariedade e entreajuda que encontramos nas relações de vizinhança que protegem os bairros e dão respostas as suas próprias necessidades sociais. **Discussão:** As práticas informais urbanas não só contribuem para o enraizamento e a constituição do território informal, como foi a partir delas que esse território pôde ser construído, compreendendo que tais relações sociais e a entreajuda estão no pilar do desenvolvimento de todo esse processo. **Conclusão:** Constatamos, também, que estes espaços podem ser promotores de um desenvolvimento local pautado na sua sustentabilidade e autonomia comunitária.

Palavras chave: práticas informais urbanas; relações sociais; informalidade urbana; comunidade; estratégia; entreajuda; desenvolvimento local; autonomia comunitária.

Abstract

Introduction: Informal urban practices are increasingly being seen as functional within the development of urban society, whether formal or informal. At community level, these practices are more noticeable, considering them as strategies that social actors create to meet their need to live in the city. **Methodology:** This study is a qualitative, inductive research method, carried out through field research, using non-participant observations, documentary analysis, bibliographic research and 07 interviews (life history) as the data collection technique and instrument. **Results:** Informal urban practices are manifested in the community through social relations, taking shape through the networks of solidarity and mutual help found in neighborhood relations that protect neighborhoods and respond to their own social needs. **Discussions:** Informal urban practices not only contribute to the rooting and constitution of the informal territory, but it was from them that this territory could be built, understanding that these social relationships and mutual help are at the heart of the development of this whole process. **Conclusions:** We also found that these spaces can promote local development based on sustainability and community autonomy.

Keywords: urban informal practices; social relations; urban informality; community; strategy; mutual aid; local development; community autonomy.

1. Introdução

As questões ligadas ao processo de segregação territorial, caracterizam-se pelas desigualdades sociais através do espaço urbano na sociedade, sobretudo os lugares marcados pela informalidade urbana. Lugares precários tornaram-se o habitat de várias famílias que vivem em uma situação econômica desfavorável, mantendo-se lado a lado com as construções de alto padrão, é neste cenário que visualizamos claramente a exclusão social e territorial vivenciadas por um grupo específico de atores sociais (Gonçalves, 2013, 2017).

Partindo do princípio que no mundo contemporâneo o processo de exclusão vai-se incorporando e alargando a novos territórios, a partir da pós-industrialização, também, tem crescido, sobretudo, quando pensamos na exclusão territorial, que se apresenta como o pilar de outras exclusões (Rolnik, 2017) e cujo processo de exclusão social através do espaço urbano informal, nasce da necessidade do habitar populacional, e se intensifica com a falta de estrutura política para garantir a habitação de boa parte da população, que acaba por viver nas partes excluídas da cidade.

Portanto, este estudo tem a finalidade de analisar as práticas informais urbanas desenvolvidas na criação de uma comunidade portuguesa, num contexto de informalidade urbana (bairro de gênese ilegal). Assim, temos como campo de estudo o Bairro do Alto da Cova da Moura, situado na região da Amadora, metropolitana de Lisboa. Pretendemos compreender quais foram as práticas informais urbanas criadas neste bairro que fizeram-no desenvolver e permanecer até os dias de hoje, com características específicas e únicas. Vale ressaltar que este estudo é parte da tese de doutoramento da autora.

Na informalidade do território, existe um paralelo entre a formalidade e a informalidade, uma caracterizada pela ordem e a outra pelo não ordenamento. Trazer essa perspectiva dual favorece o entendimento do termo informalidade, e faz perceber a sua aplicação no espaço urbano.

Considerando que a informalidade urbana está presente em diferentes partes da cidade, a encontramos também como um modo de construção da cidade, principalmente no habitat da população mais empobrecida, demarcando, também, espaços como as periferias, favelas e

tantos outros espaços autoconstruídos. Tendo em conta a favela como este espaço informal, com a perspetiva da industrialização acelerada, e o aumento do êxodo rural (como dito anteriormente), mesmo havendo mecanismos para evitar o alastramento, “foram toleradas por serem altamente funcionais ao quadro estrutural urbano” (Santos, 1999, p. 11), umas tinham a função de fornecer mão de obra para a classe média, outra de abrigar os proletariado, trabalhadores da indústria.

A dualidade formal e informal possui um limiar frágil, pois as questões relacionadas ao formal ou não, podem se sobrepor. É neste sentido que Gonçalves (2017) vai criticar essa oposição entre o formal e o informal, pois o informal não deve ser compreendida como a parte ruim do formal, não são paralelos um ao outro, os dois são integrados com as ações de poder do Estado.

As práticas informais urbanas apresentadas nesta pesquisa remete ao conceito de informalidade urbana, nesse sentido “os aspectos propriamente espaciais das práticas informais emergem com o próprio esforço de normatizar o que seria considerado formal, ou seja, o estatuto do informal depende da capacidade e da própria modalidade de regulação estatal” (Gonçalves et al., 2018, p. 14).

Não obstante, entendemos que o espaço urbano constitui-se como uma ferramenta que produz e reproduz estruturas e relações sociais (Gonçalves, 2017). A multiplicidade de tais relações compõe o processo de produção e reprodução social da vida ou a própria reprodução das relações sociais, o que engloba um tipo de consciência social que se manifesta nos sujeitos através da sua posição na vida em sociedade (Yazbek, 2018). Esta “reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade” (Yazbek, 2009, p. 3), reproduzidas em contexto urbano e informal.

1.1. As relações sociais enquanto práticas informais urbanas

O padrão de vida instaurado na sociedade ocidental, aquela ao qual temos regras e normas de etiqueta a seguir, foi construído historicamente baseado num sistema de classes, influenciado pela classe dominante, ou seja, com base no padrão burguês e patriarcal. Mulheres como as “rainhas do lar” (uma especialista doméstica) as crianças divididas por idade em escolas, os homens provedores desses lares; esse padrão “tornou-se norma para o conjunto da sociedade, mas sabemos também que no território popular a superposição de funções e o uso coletivo do espaço é estratégia de sobrevivência” (Rolnik, 2017, p. 50).

De fato, nesses territórios - construídos a partir da iniciativa dos trabalhadores urbanos desprovidos de suporte do Estado ou do Mercado para garantir o seu direito constitucional à habitação e outros básicos - foram construídas formas inovadoras de sociabilidade; instituições e mecanismos comunitários dedicados a conquistar políticas públicas; formas solidárias de cuidado e acompanhamento das demandas de crianças e idosos; assim como mecanismos criativos de regulação do espaço público (Silva, s.d.).

As normas e regras que pensamos no mundo atual, vem de uma cotidianidade e de uma moralidade criada na vida em sociedade. A vida cotidiana é a vida de todos os sujeitos, seja pelas relações de trabalho ou não, sempre se vive o cotidiano, é onde os sujeitos colocam-se em funcionamento, em uma relação entre as atividades humanas (Heller, 2000), gerando o senso moral, ou a moralidade que é estabelecida no desenvolvimento de sociabilidade, e “interfere nos ‘papeis’ sociais, donde sua caracterização como um modo de ser, um ethos que expressa a identidade cultural de uma sociedade, de uma classe, de um estrato social (...)” (Barroco, 2001, p. 43).

Uma importante fonte adicional de diferença decorre das normas e tradições culturais. Isso afeta uma multiplicidade de práticas e modos de vida que afetam a paisagem urbana, incluindo a formação, evolução e persistência dos bairros e o funcionamento dos mercados de trabalho locais (Storper y Scott, 2018, p. 21).

O que é interessante perceber é que todos esses fenômenos são desenvolvidos num território: num espaço rural ou urbano, formal ou informal, legal ou ilegal. Considerando as práticas formais como aquelas que se dá no campo da cidade formal, que está imbricada dentro das normas e regras do uso e senso comum entre as pessoas, as práticas informais serão as que são construídas como forma de estratégia por parte de uma população que vive em sociedade, mas que de alguma forma foram consideradas alheias a este espaço.

Tais práticas informais urbanas cumpre uma função social dentro das relações sociais ocorridas no cotidiano, pois é caracterizada como uma forma de resistência e subsistência de uma parte da população (Anile, 2017), que muitas vezes identificamos somente como a população que habita a parte informal/ilegal da cidade, mas essas práticas informais urbanas podem acontecer dentro dos organismos de uma cidade formal. Ou seja, as práticas informais urbanas referem-se a todos os usos da cidade que não estão regulamentados.

Nessa perspectiva, o uso de tais práticas são realizados por grupos denominados informais, e podem incluir grupos como: vendedores ambulantes, trabalhadores autônomos, sem abrigos, ou qualquer outro que viva em função do espaço urbano para obter seu meio de sub-existência.

São histórias que se fazem nas dobraduras do mundo social, nesses pontos de junção e conjugação da trama urbana nas fronteiras incertas (...). Nelas pulsam as linhas de força que atravessam o cenário contemporâneo, e que parecem se entrelaçar e se compor nos diversos agenciamentos práticos da vida cotidiana: práticas e redes sociais mobilizadas nesse trânsito constante entre um lado e outro, acionando recursos, possibilidades e dispositivos de cada lado (Telles y Hirata, 2007, p. 186).

Essas práticas podem estar relacionada a diversos fatores, como a localização, ao uso de materiais e recursos, ao formato, às suas atividades e às relações entre as pessoas envolvidas. Algumas das principais características das práticas informais urbanas incluem o uso de materiais e recursos locais, a reutilização de espaços e materiais já existentes, a capacidade de adaptar-se rapidamente as mudanças e as relações de apoio entre as pessoas envolvidas.

Dessa maneira, há uma dimensão política da informalidade imbricado na produção das práticas informais urbanas, entendendo-as como arranjos criados que fazem parte da produção da própria cidade, em que a cidade torna-se também um produto da informalidade, numa relação com via de mão dupla, quer no seu planejamento, quer nas relações criadas entres os grupos sociais no modo de viver a cidade (Gonçalves et al., 2018; Jacquot et al., 2016).

A dimensão política da informalidade que nos ajuda a perceber as práticas informais urbanas refere-se a gestão da cidade, onde por um lado se é permitido o informal para a dinâmica urbana e por outro é “condenado” pela característica da ilegalidade que é ligado a ele. Mas, de certa forma, observamos a presença dessas práticas da dinâmica de todo o território urbano, formal ou não, numa relação de poder.

A noção de informalidade política, associada a criação dos arranjos como forma de regulação da cidade, testemunham uma estrutura de poder (temporários ou duradouros), permitindo uma interação complexa na construção das redes de poder que vai ocupar um lugar central na

vida quotidiana, possibilitando, também, os modos de reprodução das relações de dominação e de poder, constituindo poderes urbanos em diferentes escalas, da rua a cidade (Collectif Inverses, 2016). Assim, as práticas informais urbanas, tornam-se viáveis para construir cidade, e dinamizar o espaço urbano. Trata-se de perceber como essas práticas informais atuam na cidade formal através de usos do espaço urbano como forma de viver na cidade. Sendo uma estratégia de sobrevivência à vida quotidiana, os atores sociais que as praticam entrelaçam estritamente as práticas legais e ilegais, não sendo possível identificar o que é de facto formal e informal, portanto, este arranjo é complexo e precário (Fischer y Spire1, 2009).

(...) podemos identificar o surgimento de práticas específicas, organizadas de forma a possibilitar o funcionamento e desenvolvimento de uma estrutura urbana que oscila entre as possibilidades de integração com a cidade e as táticas de produção e uso do espaço, elaboradas segundo uma lógica própria, refletindo valores como necessidade, antiguidade, possibilidades construtivas, inserção em redes sociais e acesso a trabalho e serviços (Lobosco, 2010, p. 27).

A prática informal recorrente dentro do território urbano formal, na qual convivemos dia a dia são os vendedores ambulantes (camelôs), sem abrigos, arte de rua, alugueis de quartos ou imóveis sem contratos legais, ou qualquer outra atividade que seja desenvolvida na cidade e que não esteja necessariamente conforme as normas ou regras convencionais.

A ideia de urbanidade refere-se às práticas socioespaciais complexas de indivíduos em regiões metropolitanas. O uso dos espaços públicos por moradores de rua, ambulantes, transeuntes e comerciantes revela uma experiência de urbanidade plural, constituída pela diversidade funcional, sendo a rua o lugar da controvérsia por excelência (Neto y Veiga, 2018, p. 198).

Em alguns lugares a existência dessas práticas informais urbanas aponta para a ação do Estado e a margem de manobra que cria para a observação das relações sociais e práticas vividas pela população que habita ou/e trabalha na informalidade (Collectif Inverses, 2016).

Lussault (2016) afirma que os espaços informais e as práticas formais e informais assumem uma importância no contexto urbano, numa frágil ação do poder público para atender a necessidade da população em relação aos serviços urbanos e habitação, podemos acrescentar outros setores como o trabalho e o modo de viver a cidade. Assim, o que é informal manifesta-se misturado com o formal, proporcionando uma transformação dos regimes urbanísticos e de organização social, através de tais práticas sociais e das representações do urbano desenvolvidas na cidade (Jacquot et al., 2016).

Segundo Lobosco (2009), as práticas informais urbanas inseridas no espaço urbano informal possuem valores próprios, possibilitam o desenvolvimento da estrutura urbana, com uma perspectiva de tática de produção e uso do espaço, que por sua vez podem agir sobre as restrições que os atores sociais vivenciam. “As práticas podem ser entendidas como produtos e como produtoras do espaço que as abriga, pois resultam de um *habitus* específico, gestado neste espaço produzido por elas” (Lobosco, 2009, p. 27). As práticas informais são caracterizadas pela sua complexidade, que mesmo não sendo regularizadas, agem como respostas às necessidades dos sujeitos residentes desse espaço também informal (Gonçalves, 2017).

¹ Fischer e Spire (2009) abordam o tema das práticas ilegais à respeito da população imigrante, entretanto a forma de sobrevivência desse grupo classificado como informal, compreende também as práticas informais que identificamos neste estudo.

De acordo com o exposto, estas práticas informais urbanas são consideradas ações que os sujeitos elaboram para lidar com as necessidades de viver na cidade. Estas práticas muitas vezes são desenvolvidas por meio da criatividade e da solidariedade, e criam soluções para os problemas enfrentados pelos atores sociais. Ou seja, “tanto a cidade, como objeto, como o urbano, como fenómeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente” (Lencioni 2008, p. 114). Assim, o urbano torna-se o espaço das relações sociais e, assim, o espaço para o desenvolvimento dessas práticas.

Estas práticas informais urbanas influenciam na melhora da qualidade de vida da população das áreas informais e promover a coesão social, dando-lhes uma voz para fazer mudanças positivas na comunidade.

1.1.1. Atores Sociais e autonomia comunitária

Destacamos que “os atores sociais ocupam diferentes posições sociais (estratos), que expressam desigualdade social, e a suas atitudes são regradas normativamente por valores éticos compartilhados; mas vivenciam, ao mesmo tempo, valores culturais específicos ou identidades que expressam as diferenças” (Gehlen, 2018, p. 40). Para tanto, a tentativa de conceituar os atores sociais enquanto uma categoria de análise teórica, demanda reconhecê-lo através das relações sociais entre os sujeitos, situadas num determinado espaço. Ou seja, um ator social, é um indivíduo que interage com outras pessoas, grupos, instituições e sistemas, influenciando e sendo influenciado por essas interações, também age de acordo com os seus próprios interesses, valores, crenças, expectativas e objetivos. Essas ações podem ser direta ou indiretamente, intencional ou acidentalmente influenciadas por outros atores sociais, bem como por estruturas sociais e culturais mais amplas, como a classe social, a etnia, a religião, a idade, ou a educação. Assim, reconhecemos não somente a complexidade das interações interpessoais, mas também a importância de se compreender como as relações entre atores sociais são construídas e recriadas ao longo do tempo.

Os atores sociais desempenham um papel importante no desenvolvimento das sociedades e na estruturação das relações sociais. Eles são os responsáveis pela promoção do desenvolvimento social, económico e cultural de uma comunidade. Evidenciamos aqui esses atores sociais como sujeitos coletivos (Barreira, 2010) que podem ser entendidos através da luta de classes e da divisão do trabalho, como trataremos mais adiante.

Não obstante, podemos considerar a identidade sociocultural desses sujeitos coletivos, como parte fundamental para sua constituição enquanto atores sociais, pois exprimem valores existenciais específicos de um grupo social, como a convivência, segurança e bem-estar, numa forma de vida em comunidade, compartilhando formas de vida que supõe costumes as quais pertencem (Gehlen, 2018). É importante perceber que essa noção do sociocultural, tem de ser entendida no contexto da sociedade em que está inserida, e através do seu contexto histórico (Oliveira, 2000).

Aos olhos de Pimentel y Carreiri (2011), a identidade pessoal é baseada na construção do autoconhecimento e da individualização por meio de diversos relacionamentos sociais em distintas esferas, enquanto a identidade social é fundamentada na vinculação a grupos sociais (sentimento de pertencimento) e no que os outros pensam a respeito disso. Ou seja, “o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente

do que pelas ‘fontes’ originárias dessas mesmas identidades” (Oliveira, 2000, p. 8). As identidades socioculturais, ou sociais, são influenciadas por fatores que permeiam a vida dos sujeitos coletivos.

Partindo do princípio que a autonomia comunitária é procura promover a autodeterminação das comunidades, por meio do seu próprio desenvolvimento social e económico, entendemo-la como uma ferramenta fundamental para o acesso à cidade, ou pelo menos, como forma de vivenciar a cidade pelas próprias estratégias da população.

“Construir e morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva” (Rolnik, 2017, p. 19), portanto, nos espaços urbanos informais o conceito de autonomia comunitária é fundamental para compreendermos a dinâmica desses espaços coletivos. O objetivo é perceber que as comunidades têm o direito de tomar decisões sobre questões que afetam diretamente o seu quotidiano.

“Podemos entender no senso comum a “autonomia” como a capacidade de governar-se pelos próprios meios” (Valduga, 2018, p. 61). Por isso, por meio da autonomia comunitária, as comunidades podem se desenvolver a partir das suas próprias necessidades, com a possibilidade de desenvolver projetos e iniciativas que contribuam para a resolução de problemas que possam ter. “A autonomia coletiva, socialmente construída, é um processo de união, direito, e liberdade” (Faleiros, 2006, p. 13), com isso, o princípio da autonomia comunitária reconhece também que as comunidades têm o direito de escolher as suas próprias formas de gerir o seu espaço urbano. “É a comunidade urbana que se manifesta como é: com suas divisões, hierarquias e conflitos, assim como com suas solidariedades e alianças” (Rolnik, 2017, p. 25).

A autonomia não pode ser entendida como uma ausência de controle, mas como uma possibilidade de ação, autocontrole, onde os atores sociais vão agir uma função de dar respostas as necessidades sociais, passíveis de serem alteradas (Flores Júnior y Córdova, 2019).

Lima et al. (2021) destaca que o conceito de autonomia está relacionado com o respeito da capacidade de tomar decisões. “Como tal, a autonomia deve ser um valor cultivado para a manutenção de uma vida activa, política e de convivência baseada em sentidos identitários e meios de gestão próprios” (Belchior-Rocha, 2016, p. 321). A construção da identidades desses atores sociais, promotores da autonomia local é o que os une em direção a um propósito que faz com o que a comunidade possa caminhar conjuntamente. Nessa linha de pensamento destacamos que numa comunidade urbana para a autonomia existir devemos levar em consideração alguns aspetos, como o direito de decidir, a pertença ao lugar, a participação e a emancipação.

Podemos destacar que quando falamos de autonomia comunitária a emancipação torna-se uma ferramenta, pois é pensada como um processo de construção de uma cultura de resistência, envolvendo atos de afirmação, auto-organização e luta coletiva em resposta aos desafios diários vividos pela localidade, que envolve o desenvolvimento de novas estruturas e relações sociais, a fim de melhorar as condições de vida dos atores sociais, através de um processo de auto-organização, que busca fortalecer a capacidade das comunidades de resistir a qualquer forma de opressão e dominadoras.

A inteligência colectiva da emancipação não é a compreensão de um processo global de sujeição. É antes a colectivização das capacidades investidas nesses cenários de dissentimento. É o pôr em acção da capacidade de qualquer indivíduo, da qualidade dos homens sem qualidades (Rancière, 2010, p. 73).

O autor supracitado aborda, nos seus textos, a emancipação social, por um lado destaca como um processo para ser alcançado pela comunidade, através do reconhecimento destes grupos sociais, por outro como uma rutura sensível, compreendendo a lógica de reorganização da construção da realidade social (Rancière, 2010).

A ideia de participação está ligada ao de autonomia comunitária, uma vez que a segunda depende da primeira para poder se desenvolver. Podemos encontrar a participação nas práticas quotidianas da sociedade civil, tanto pelas organizações sociais ou pela política estatal (Gohn, 2019).

Martins (2002) vai trabalhar o conceito de autonomia relacionando com a participação e a democracia, como forma de liberdade através do pensamento político democrático, onde a participação não está relacionada somente com a tomada de decisões coletivas, mas na criação de alternativas que possibilitem a escolha. Essa participação não está condicionada a uma rutura de poder, mas sim a uma distribuição na construção dos mecanismos de poder (Martins, 2002), para a tomada de decisão em conjunto, na medida horizontal.

Pode-se reafirmar que a participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção da/na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos (Milani, 2008, p. 573).

Neste sentido, Milani (2008) destaca uma dimensão sobre a participação, o que o autor chama da pedagogia da participação que está vinculada como um meio para ultrapassar os conflitos vivido pelos atores sociais, promovendo, com isso a noção da responsabilidade partilhada (Milani, 2008).

Assim, entendemos a autonomia comunitária como o direito das comunidades de decidirem sobre as questões locais, definindo sobre as suas próprias ações e a participação social como uma ferramenta para este propósito, já que é o processo pelo qual os atores sociais se envolvem nesta tomada de decisões, exigindo o direito de influenciar na melhor escolha para a sua localidade. Contudo, o objetivo destes dois conceitos é dar às populações locais a oportunidade de ter voz na definição das suas prioridades e escolhas, ou seja, o ator social é também um ator ativo na sua própria comunidade. A autonomia comunitária e a participação social são dois conceitos importantes para a construção de uma comunidade mais ativa.

2. Metodología

O processo de investigação desenvolve-se através de uma pesquisa, observação e interpretação de uma dada realidade, onde o investigador busca uma leitura mais atenta dos factos, com técnicas e métodos específicos para fazê-lo, utilizando conhecimentos e experiências adquiridos no percurso académico. Sem um juízo preconcebido o investigador deve procurar respostas às questões e objetivos criados para orientar a pesquisa (Goldenberg, 1993).

Primeiramente fizemos uma reflexão sobre o problema formulado e a opção do caminho metodológico, a seguir identificaram-se quais os métodos de recolha e tratamento de dados que se consideramos adequados para responder aos objetivos propostos. Posteriormente, selecionamos os conceitos-chave para discutir a problemática. Pesquisamos bibliografias e após a leitura conseguimos ter mais clareza sobre o problema a ser estudado, partindo, então,

para a construção dos outros elementos necessários para a pesquisa: a formulação dos objetivos e o enquadramento teórico. Após essas etapas foi possível determinar o eixo desta pesquisa.

O campo de pesquisa escolhido foi o Alto da Cova da Moura em Portugal. O universo da pesquisa foram os residentes, as lideranças comunitárias, os trabalhadores locais não residentes e as pessoas que possuem algum envolvimento com os movimentos sociais do bairro.

Quando seguimos para a pesquisa de campo, onde entramos em contacto com os sujeitos entrevistados, em que identificamos as características mais marcantes das práticas informais urbanas dentro do que entendemos como informalidade urbana. A partir daí, fizemos a análise e o tratamento dos dados da pesquisa.

Em termos metodológicos, optou-se nesta pesquisa pelo paradigma interpretativista, pois compreende a realidade social e a sua construção através do olhar dos sujeitos envolvidos, ou seja, busca entender a realidade do ponto de vista desses sujeitos e das suas experiências (Oliveira, 2018). Saccol (2009) compreende a ontologia do paradigma interpretativista considerando a interação sujeito-objeto, onde a realidade social passa a ser um produto da negociação dos significados entre os sujeitos, resultado da construção social, criada em uma dinâmica coletiva e, portanto entendida como intersubjetiva.

Para isso considerou-se o método qualitativo de pesquisa, de natureza indutiva. A investigação qualitativa segue um caminho de produção do conhecimento de descoberta e valorização dos sujeitos sociais, e esses são os utilizadores de serviço do Serviço Social (Restrepo, 2003). A observação aprofundada do fenómeno, suas atitudes, hábitos e costumes no seu contexto natural são partes da compreensão da perspectiva qualitativa, enfatizando uma descrição minuciosa e não explicativa (Rubin y Babbie, 2011).

“A pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social, ou humano” (Creswell, 2002, p. 50). Através da observação da realidade social como um fenómeno, e dos fatores que contribuem para a sua construção, refletindo sobre a problemática sustentada pela pesquisa empírica destacamos, concomitantemente, a natureza indutiva desta pesquisa.

Como nem toda pesquisa há a possibilidade de pesquisar o universo, é sobre a amostra que se debruçam, como sendo parte deste universo, ou seja, “consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte, a amostra, selecionada por procedimentos científicos” (Marconi y Lakatos, 2002, p. 30). Os autores supracitados, ainda afirmam que o sistema da amostra vai depender se: a. É suficientemente representativa ou significativa; b. Possui todas as características numa parte deste universo (Marconi y Lakatos, 2002).

Nesta pesquisa, o universo são as lideranças comunitárias, os residentes e as pessoas envolvidas com os movimentos sociais, coletivos ou associações, dentro das duas áreas escolhidas para o estudo. A partir daí recorreremos a uma amostra por bola de neve, pois é entendida como um tipo de amostra que permite um processo contínuo de coletas de dados e que propicia ao pesquisador um maior número de possíveis entrevistados, podendo ser útil em lugares de difícil acesso, utilizando rede de referências (Vinuto, 2016), que ajudou a ter mais informações do campo empírico.

A inserção no campo empírico foi através de contactos por email, mas uma vez que conseguimos a primeira entrevista logo houveram as indicações de pessoas para participar da pesquisa, dentre eles: residentes que estavam na construção do bairro, migrantes, e trabalhadores do bairro. Realizamos 7 (sete) entrevistas, todas as entrevistas foram agendadas previamente com os participantes.

Após a escolha da unidade de observação, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas aos participantes dos dois campos, resultando em um total de 07 entrevistas. Além dessas entrevistas foi realizada a observação não participante aos bairros, onde mantivemos registrado os acontecimentos através de um diário de campo.

Portanto, as técnicas de recolha de dados baseou-se na observação não-participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

A observação não-participante permitiu ao pesquisador compreender o fenômeno - as práticas informais urbanas - na sua natureza, no presente. Já as entrevistas semiestruturadas darão uma ênfase maior sobre o objeto de estudo, tendo a aplicabilidade em pessoas/informantes-chaves para a investigação. A análise documental, juntamente com a entrevista semi-estruturada, permitirá uma melhor investigação do processo ao longo do tempo. As questões elaboradas para as entrevistas semiestruturadas, tiveram dois eixos fundamentais: relação entre o entrevistado e o bairro e a relação social entre os sujeitos do bairro.

Para a análise dos dados recolhidos, utilizamos a técnica de análise de conteúdo categorial, que tem como objetivo a análise sistemática e objetiva do conteúdo das mensagens, e, assim, pode ser usada para inferir conhecimentos sobre as condições de produção/recepção das mensagens (variáveis inferidas), suas características formais (variáveis manifestadas) e seus receptores (variáveis manifestadas ou inferidas) (Bardin, 2016). Com esta técnica, interpretamos e analisamos os dados de modo que podemos nos aprofundar nos conteúdos das entrevistas.

3. Resultados

No Alto da Cova da Moura, caracterizado pela presença marcante de uma população migrante, foram realizadas entrevistas cuja análise estão correlacionadas com a própria questão da migração, do pertencimento ao local e de luta pelo reconhecimento deste espaço urbano na sociedade.

Para melhor entendermos a análise das entrevistas e caracterizando os entrevistados, foram 4 homens e 3 mulheres (consoante o sexo), sendo um casal de idosos que foram entrevistados juntos. Destes 1 é trabalhadora local, e os outros 6 residentes, com idades compreendidas entre 35 e 83 anos.

A categoria de análise sobre o sentimento de pertença e a identidade local, destacando as perguntas: “Você acredita que a Cova da Moura faz parte da sua vida, da sua história?”; “Você diria que ser residente do Bairro faz parte de quem você é hoje?”; “O que mais gosta em morar na Cova da Moura? E o que menos gosta? A análise dessas perguntas nos traz uma perspectiva dialética entre as respostas, de um lado tivemos entrevistados que nos informaram que atualmente não existem muitas coisas no bairro que faça ter esse sentimento de pertencer ao local, e do outro, a maioria dos entrevistados, nos mostram que o bairro foi o que estruturou a sua vida em Portugal e também faz parte da sua história, não podendo dissociar a história pessoal com a história do bairro.

Sobre os que não se veem pertencente, ao ser indagada sobre o que mais gosta no bairro, nos relataram que:

Daqui? [é] se eu fosse responder, parecia até uma ofensa porque eu vou dizer que se calhar nada [risos]. Eu gosto de estar na minha casa, e gosto daqui do meu trabalho, muita gente ainda frequenta esta casa, muita gente de fora ainda vem. Antes da pandemia ainda fazia música ao vivo e isso enchia, toda gente vinha, até gente de fora né, e pronto, acho que isso foram coisas boas que eu tive aqui, porque é uma casa que toda gente gosta, porque tão aqui e se sente segura, tão aqui ouvindo a música e pronto (Ent. J).

A entrevistada em questão possui um restaurante muito conhecido no bairro da Cova da Moura, que no passado também era muito frequentado por um público não residente, mas hoje ela relata que não há tanta procura deste público devido às mudanças ocorridas no bairro durante o passar do ano, o que iremos abordar mais para frente. Queremos destacar aqui que mesmo a entrevistada não expressando a sua identificação com o bairro hoje, ela entende a importância do seu comércio para a questão identitária do bairro. Com características da cozinha cabo-verdiana, o restaurante é referência de cultura identitária da migração local. Um contraponto a esta fala temos a outra parte que alega ter sua identidade marcada pela vivência no bairro, remetendo ao facto de se sentirem parte do local:

Claro! Eu tenho uma visão diferente das coisas, do mundo. Eu tenho a visão de bairro mesmo, tem que ser agressivo quando tem que ser, tem quer calmo como tem que ser, é aquela questão de crescer em outro sítio, do lidar com outras pessoas. Se a pessoa fica muito aqui, tem a tendencia de ser mais agressivo, que é o bairro que te faz assim, tens que ser assim, tens que se impor (Ent. N).

Os outros residentes reforçam essa ideia:

O dinheiro que gastamos aqui dava pra ter comprado um andar naquele tempo, mas nós viemos pra cá. Gostava daqui, e quis ficar (Ent. L).

Eu também. Na altura que compramos aqui, pensamos ela queria comprar em outro lugar, que no meu trabalho eu podia. Um apartamento grande. Mas compramos aqui por causa da família. E foi bom, porque depois outros também conseguiram fazer sua casa aqui [falando sobre os filhos que também construíram as casas no terreno que compraram] (Ent. M).

É interessante observar que os moradores mais antigos têm a sua residência como sua fortaleza e ponto principal da sua fixação local, pois mesmo que se um dia pensaram em sair do bairro, não o fazem por ter sua casa própria.

A perspectiva da construção da identidade faz parte de perceber e analisar o contexto das realidades vividas por esses sujeitos, apresentando questões múltiplas como processo de construção pessoal e coletiva, pois Vaz (2014) vai afirmar que o individual e o coletivo são produzidos no dia a dia, e por isso as identidades não podem ser analisadas e entendidas separadamente, pois entre uma e outra está os elementos do contexto no qual estão inseridos. Ainda, segundo a autora, a identidade se produz em relação ao outro (individual e coletivo), entre as fronteiras sociais que regulam a noção das próprias relações sociais entre os indivíduos, onde a “consciência de pertença a um grupo é indissociável da consciência de não pertença a outro grupo. No caso da Cova da Moura, é extremamente interessante estar atento a esta noção” (Vaz, 2014, p. 19).

“O bairro da Cova da Moura é o território mais conhecido como “reduto” da identidade, da cultura, da resistência e da criatividade africana, particularmente crioula cabo-verdiana, em solo português” (Silva et al., 2019, p. 15). Todos se conhecem e relacionam-se entre si, sobretudo pelo status da cultura e da nacionalidade que compartilham, mas também especificamente pelos desafios semelhantes que enfrentam. Essa noção do espírito de comunidade, da entreaajuda também faz parte da identidade da cova da Moura.

Vale ressaltar que não conseguimos dissociar esta categoria com as questões relacionadas a migração desta população, o que nos é sensível, pois existem várias outras temáticas ligadas a essa, que revisita quando falamos da migração na Cova da Moura, que é maioritariamente africana.

A categoria de pertencimento e identidade aqui trabalhada é numa ótica local, da característica de bairro, pois existe uma dialética nos diálogos das entrevistas perante a sociedade portuguesa em que o bairro está inserido. O que é interessante refletir, pois a mesma categoria que pensa a construção identitária coletiva, é um dos desafios e limites que a população desta localidade vive.

Toda esta categoria de análise, nos remete sempre as questões culturais da população migrante africana, isso porque, como já abordado, essa categoria perpassa pelo pertencimento e a identidade ligadas ao bairro e a comunidade que criaram, não perdendo a sua cultura de origem. Por um lado, é importante que mantenham esse status de comunidade cultural africana, pois são laços importantes das suas famílias e ancestrais, por outro é especificamente essa questão cultural que lhes causam preconceito e discriminação na sociedade portuguesa, e o que acabam segregando o bairro. Ligada a essas categorias, passamos a perceber o que motivou os entrevistados a permanecerem no local. Assim, questionamos: O que fez ou faz a permanência aqui no Bairro?

Não haver a necessidade de muita coisa. Já há quase tudo aqui no bairro, tem acesso a quase tudo. As pessoas não têm a necessidade de sair aqui do bairro (Ent. N).

Durante a entrevista o Ent. N falou sobre a circulação das pessoas no bairro:

Imagina há 2 ou 3 grupos. Há um grupo que só tem casa cá e os pais cá, e permanece mais tempo, e tem pessoas que vêm de fora, não tem casa cá, aluga uma casa, estão aqui um tempo, ou vem tipo de outro país, vem para cá, fica aqui durante uns tempos, pra organizarem a vida, e depois, quando tem a vida mais ou menos organizada, e tem a oportunidade e capacidade de sair daqui, sai. Há outras que vem para cá também, gostam de ficar cá e ficam cá por muito tempo. Nesta fase agora tem muito entra e sai. O pessoal mais antigo, tipo da minha geração está tudo fora do bairro. O pessoal já se organizou, cada um tem a sua família, comprou sua casa, outros foram para fora do país, para o norte da Europa, e há as gerações novas, mas aí já são crianças e jovens. Mas, há muita gente que vem da África, e vem praqui uns tempos, e organiza e pronto, vão pra outros sítios. Como um ponto de acolhimento. É muito isso. E é das próprias famílias, tipo imagina, vem um familiar meu, em princípio, vem logo praqui, fica aqui durante um tempo, organiza-se e depois vai pra outro sítio. Há outros que fica (Ent. N).

Esse diálogo, nos ajuda a perceber os grupos existentes dentro do bairro, e a entender que a localidade sempre foi importante para o processo de migração. Esse fenómeno da migração, presente na sociedade global, que se desencadeou fortemente através do capitalismo, e que no início se deu fortemente através das relações de trabalho, na sociedade atual ocorre, sobretudo,

através da busca pela melhoria da qualidade de vida, que os migrantes não encontram no seu país, por isso, maioritariamente essa migração é para países considerados desenvolvidos (Franken et al., 2009).

Não obstante, a permanência desses grupos pode ser observadas de duas maneiras: os que possuem familiares no bairro e por isso planeou a sua vida na localidade, seja construindo as suas casas no terreno da família, ou adquirindo as residências no locais; e os que migraram nos últimos anos e mesmo após se organizarem continuam na localidade. Ambos os grupos destacam a sua permanência devido à cultura e o modo de vida que encontramos no bairro.

O espírito de comunidade, ainda caracterizado pela forte presença da cultura no bairro, através da ajuda mútua, e das redes e laços sociais, também ganham destaque quando se trata dos motivos de permanência no bairro:

O que eu costumo dizer é que nós vivemos aqui em comunidade. Nós conhecemos toda a gente aqui no bairro, se me faltar alguma coisa facilmente eu chego nessas pessoas, às vezes tu moras num prédio e não conheces o vizinho debaixo, nem o do lado e nem confraternizas, nem dão confiança. Em comunidade é muito mais fácil, eu gosto muito de viver assim. É o que eu digo, eu não saio aqui do bairro para viver num prédio, eu comprava uma vivenda, uma casa, porque já estou habituado a viver numa casa, já sei como é que é viver numa casa, eu é que trato dela, eu é que faço, eu aconteço, se acontece umas obras eu não tenho condomínio, não tenho nada e é muito mais fácil, eu é que posso tratar das minhas coisas. Facilmente, eu posso aqui no bairro fazer uma festa, por uma música tranquila até à meia-noite, será que num prédio podes fazer isso? Há muita gente a fazer churrasco aí na rua, a venderem as suas coisas, há muita vivência aqui no bairro que tu lá fora não tens mesmo, que é muito bom (Ent. H).

O sentido de comunidade aqui exposto na entrevista pode ter relação com a retomada do sentido de solidariedade na sociedade contemporânea que vivemos, que está impregnada pelo individualismo competitivista. Assim como Paiva (2003) abordou nos seus estudos, esse sentido de solidariedade dentro das comunidades é o que caracterizam as suas estratégias de sobrevivência comum, assim destacamos que esse convívio faz parte da práticas produzidas no contexto do bairro.

Não obstante, essas práticas foram construídas com a mistura entre a história dessa população com a própria história do desenvolvimento do local, e foi a partir dessa conjuntura, que os residentes mais antigos permaneceram no bairro. Todo o processo, desde a escolha de morar no bairro, a compra dos materiais de construção, as ajudas dos vizinhos, até a finalização das obras, fizeram parte dessa conjuntura histórica dupla. Durante as entrevista, através dos três entrevistados que residem há mais tempo no bairro, podemos perceber como foi o processo histórico de construção do mesmo. Como, dois dos entrevistados são um casal, temos duas histórias orais a serem apresentadas.

A primeira é do Ent. M e da Ent. L. Durante a nossa entrevista, nos contaram sobre o que ocorreu quando foram morar na Cova da Moura. Nessa história, que caracteriza como ocorreu o movimento de ocupação no bairro conseguimos evidenciar vários fatores acerca das nossas categorias em análise, começamos por destacar a solidariedade presente na comunidade no processo de construção das suas casas:

Eu vinha praqui, as vezes na semana, mas passava o fim de semana, fazia o almoço pros amigos que ajudavam, vinha de comboio, autocarro, com o Bebé nas costas. Depois a noite do domingo já ia pra casa, fazer jantar, dar banho no filho e na filha dele que a mãe

faleceu e ficou com a gente. [...] às vezes, sábado, vinha praqui pra receber material. Vinha com o Bebê nas costas, não tinha estrada, era só lama por aí, ficava aqui desde as voltas das 11 h até 4 h [16 h] e depois ia pra casa. No domingo eu vinha logo cedo pra começar a trabalhar. Levantava cedo pra fazer o almoço pra chegar aqui a hora de almoçar, depois ia pra casa [casa em que moravam antes de construírem no bairro] a tarde, a noitinha e foi assim (Ent. L).

Perguntamos sobre a ajuda que tiveram para a construção da casa: “Eles ajudavam numa semana, na outra semana ia nos ajudar outras pessoas também. Eu era carpinteiro, ele era pedreiro. Eu ajudava a ele, ele me ajudava a mim. Conheci aqui esses vizinhos” (Ent. M).

Esse tipo de solidariedade e entreajuda é uma característica específica das zonas de construção informal nas cidades, se trata de um coletivo, que possuem os mesmos objetivos e ajudam-se para alcançá-los juntos.

É interessante lembrar que essa convivência entre os moradores aos fins de semana, também é uma das características dos lugares de construção informal, através de uma organicidade do local, onde o movimento não se esgota e a interação entre as pessoas dão “vida” ao bairro, isso também já foi descrito em outros trechos anteriores. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1995), a sociedade-providencia tem essa característica de redes de apoio entre pares, de um reconhecimento mútuo, da entreajuda e do interconhecimento, sobretudo, através das trocas não monetárias e numa relação social entre os sujeitos, numa relação de reciprocidade baseada em laços traçados pelo parentesco ou vizinhança (Santos, 1995). Esse conceito se entrelaça com a noção das práticas informais aqui trabalhada, já que, nos dois casos, são utilizados quando há falta ou pouca intervenção e serviço do próprio Estado, e assim, os sujeitos se reúnem para “suprir” as suas próprias necessidades, e são essas soluções encontradas pela população local que os tornam uma comunidade.

4. Discusión

As manifestações da expressão coletiva presente nas relações sociais das práticas urbanas informais se concretizam através das redes de solidariedade e entreajuda encontradas nas relações de vizinhança que protegem os bairros e dão respostas as suas próprias necessidades sociais. A ideia de solidariedade aqui pensada como uma solidariedade social que “[...] provém do facto que um certo número de estados de consciência são comuns a todos os membros de uma mesma sociedade” (Durkheim, 1967, p. 96). Esses bairros, ora denominados favela possuem um perfil social urbano caracterizado por um estilo de vida singular próprio, onde se protegem a si.

Não obstante, buscamos compreender essa singularidade dos espaços urbanos informais e percebemos que não são alheios a cidade formal, eles se constituem como parte orgânica desta mesma cidade que ora excluí os seus habitantes. Percebemos isso ao esbarrar com fatores como:

- Mão de obra trabalhadora – considerado espaços que residem os trabalhadores característicos dos subempregos, como os trabalhadores das obras, limpeza, diaristas, restaurantes de fast food, entre outros. Esses tipos de trabalho que não exigem muita qualificação profissional e acadêmica, que não possuem boa remuneração, jogando os trabalhadores em busca de lugares mais acessíveis para morar. Recordamos, que não é toda a população que vivem nesses espaços que

- possuem baixa qualificação, encontramos pessoas licenciadas, com mestrado e doutoramento nesses espaços, e que, por sua vez, também contribui com as relações de trabalho fora dos lugares informais;
- Economia – estamos a viver numa sociedade global caracterizada por uma economia capitalista baseada no consumo, e assim, a população residente dos espaços informais também consomem produtos disponibilizados e vendidos no mercado global, assim como o pagamento dos impostos da casa e carros.
- Habitação – de certa forma esses espaços informais foram a solução encontrada pelos atores sociais de habitar a cidade, devido à falta de acesso à habitação formal, e por isso integram a cidade para abrigar os trabalhadores que ela necessita;
- Cultura – esses espaços ao possuírem o seu estilo de vida próprio, acabaram criando aspetos culturais importantes para a sociedade. Por um lado, a preservação da cultura africana dentro do espaço europeu, e do outro a criação de uma identidade cultural que acaba por ser influenciada pelo que é de fora, mas também por influenciar esses que estão de fora. Como o Rap cantado em crioulo produzido na Cova da Moura.

Essa descrição da influência dos bairros informais na própria dinâmica da cidade, nos ajuda a perceber que esses espaços estigmatizados foram criados a partir de uma necessidade humana, social e política. Assim, a cidade pode se construir, produzir e reproduzir-se contando sempre com essa influência para que pudessem funcionar. Longe de defender a construção desses espaços, o que queremos chamar atenção com esse estudo é que eles são funcionais, não somente para os atores sociais que residem, mas para a cidade na totalidade.

As observações durante essa pesquisa alertaram-nos sobre muitos aspetos do bairro e que nos remeteram a uma aprendizagem, não somente como se desenvolveu a história da vida informal urbana, mas como que isso influi na sociedade na qual estão inseridos. Entre elas destacamos as respostas sociais informais. De facto elas foram desenvolvidas para minimizar os problemas sociais urbanos, que a localidade enfrenta desde o início da sua construção. Sabemos que esses problemas sociais são estruturais e por isso não podemos afirmar que tais respostas produzidas pela comunidade resolvem todos os problemas, mas que tentam de forma coletiva viabilizar meios para que os sujeitos consigam aceder a recursos que não são ofertados pelo Estado da mesma maneira que na área formal da cidade.

Reconhecer esses lugares marginais como parte integrante da cidade é sumariamente importante para combatermos o preconceito e estigma que gira em torno da informalidade urbana. Uma vez que, esses mesmos espaços não estão à parte da cidade, vivem na sua própria dinâmica, na fluidez com o seu papel na sociedade. Não obstante, o que de facto inferimos é que o quotidiano reproduzido nesses espaços não é alheio a outros quotidianos dos espaços formais da cidade. Numa reprodução da vida quotidiana urbana, alertamos que há características que os diferenciam dos espaços urbanos formais, sem ser as características que tem a ver com as questões de posse. Os atores sociais vivenciam o bairrismo, as práticas informais urbanas mais presentes nesses contextos foram: entreajuda, resistência através das lutas, construção da habitação, resolução dos problemas, sentido de pertença.

Assim, a partir dessas práticas há uma questão relevante que podemos retirar, os contributos em direção ao olhar diferente para os espaços urbanos informais e que esse fenómeno contribui para a redução de determinados pensamentos sociais sobre os sujeitos coletivos que vivem

nesses espaços, provendo mudanças positivas, que também são importantes para a promoção da autonomia e do desenvolvimento local.

5. Conclusiones

Para conseguirmos caracterizar as dinâmicas das práticas informais urbanas produzidas em contextos de informalidade urbana, para além de buscar as bases teóricas nos conceitos supracitados, buscamos percebê-las nas falas dos entrevistados. Assim, encontramos as práticas informais urbanas também produzidas na área formal da cidade, bem como, entendemos que tais práticas informais são assim consideradas, por ser praticadas pelos atores sociais marginalizados e segregados pela sociedade formal, afirmando outras três proposições nossas que as práticas informais possibilitaram (construíram) um modo de habitar o espaço urbano informal, através de ações próprias dos atores sociais envolvidos; o contexto social e local expresso na informalidade urbana manifesta a necessidade da criação de respostas à inexistência de fatores que possibilitem o seu enraizamento local; os elementos e características do enraizamento e constituição do território informal podem ser compreendidos a partir da identidade dos atores sociais que vivem na informalidade urbana.

Percebemos que as práticas informais urbanas não só contribuem para o enraizamento e a constituição do território informal como foi a partir delas que esse território pôde ser construído e pensado, compreendendo que as relações sociais e a entreaajuda estão no pilar do desenvolvimento de todo esse processo.

Ressaltamos que a defesa aqui lançada aos espaços urbanos informais se dá por ser uma construção coletiva dos atores sociais, queremos chamar atenção aqui que não estamos dizendo que a construção desses espaços são a solução para o problema habitacional dos países, mas que de facto foram com eles que a população empobrecida pode criar mecanismos de respostas a sua necessidade de morar. As histórias de vida da população que se submete à informalidade como alternativa à habitação nas cidades, é uma questão de políticas públicas no país, quando, entre o problema e a solução, fica evidente que a gestão é ineficiente, abala a confiança dos cidadãos e a efetividade das políticas.

6. Referencias

- Anile, L. H. (2017, dezembro 03-08). *Formalidade versus informalidade: uma reflexão acerca do Programa de Regularização Fundiária nas Favelas Cariocas*. [Comunicación]. XXXI Congreso da Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS: Las encrucijadas abierta de América Latina, la sociología en tiempos de cambio, Montevideo, Uruguay.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*: edição revista e ampliada. Edições 70.
- Barreira, I. A. F. (2010). Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(72), 149-159. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000100011>
- Barroco, M. L. (2003). *Ética e Serviço Social*. Cortez.
- Belchior-Rocha, H. (2016). *Serviço Social e Ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis*. [Tese de Doutorado em Serviço Social, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/11964>

- Collectif Inverse. (2016). L'informalité politique en ville. 8 chercheurs et 9 villes face aux modes de gouvernement urbain. *L'Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique*, 2(29). <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.3806>
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa-: Escolhendo entre Cinco Abordagens*. Penso.
- Durkheim, E. (1999). *A Divisão Social do Trabalho*. Martins Fontes.
- Fischer, N., & Spire, A. (2009). L'État face aux illégalismes. *Politix*, 87(3), 7-20. <https://doi.org/10.3917/pox.087.0007>
- Flores Júnior, C. R., & Córdova, L. F. (2019). Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento. *Acta Comportamental: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 27(4), 527-544. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274561551008>
- Franken, I., Coutinho, M. P. L., & Ramos, N. (2009). Migração e qualidade de vida: um estudo psicossocial com brasileiros migrantes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26, 419-427. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400002>
- Gehlen, I. (2018). Atores sociais. Organização social e movimentos sociais rurais. Em I. Gehlen y Mocelin (Org.). *Organização social e movimentos sociais rurais* (pp. 39-53). Ed. da UFRGS. <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad107.pdf>
- Gohn, M. G. M. (2019). Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Caderno CRH*, 32(85), 63-81. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>
- Goldenberg, S. (1993). Orientação normativa para elaboração de tese. *Acta Cir Bras*, 8(1), 1-10.
- Gonçalves, R. S. (2013). A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. *URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade*, 1(1), 1-23. <https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635115>
- Gonçalves, R. S. (2017). L'informalité comme une ressource urbaine? Le cas des favelas de Rio de Janeiro. *EchoGéo*, 39. <https://doi.org/10.4000/echogeo.14872>
- Gonçalves, R. S., Bautès, N., & Maneiro, M. (2018). A informalidade Urbana em Questão. *O social em questão*, 42, 9-26.
- Heller, A. (2000). *O Cotidiano e a História*. Paz e Terra.
- Jacquot, S., Sierra, A., & Tadié, J. (2016). Informalité politique, pouvoirs et envers des espaces urbains. *L'Espace Politique. Revue en ligne de géographie politique et de géopolitique*, 29. <https://doi.org/10.4000/espacepolitique.3805>
- Lencioni, S. (2008). Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, 24, 109-123. <http://orcid.org/0000-0003-3473-0880>
- Lima, A. M. N., da Silva Martins, M. M. F., Ferreira, M. S. M., Schoeller, S. D., & de Oliveira Parola, V. S. (2021). O conceito multidimensional de autonomia: uma análise

- conceptual recorrendo a uma scoping review. *Revista de Enfermagem Referência*, 7. <https://doi.org/10.12707/RV20113>
- Lobosco, T. (2010). Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais. *GeoTextos*, 5(2), 25-48. <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v5i2.3785>
- Lussault, M. (2016). Introduction. *Tous Urbains*, 3(15), 28-33. <https://doi.org/10.3917/tu.015.0028>
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de Pesquisa. revista e ampliada*. Atlas SA.
- Martins, A. M. (2002). Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. *Cadernos de pesquisa*, 115, 207-232. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100009>
- Milani, C. R. S (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *Revista da Administração Pública*, 42(3), 551-579. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300006>
- Neto, J. P. M., & Veiga, F. B. (2018). “Praça da Cantareira”: usos e práticas informais em um espaço público de Niterói. *O Social em Questão*, 21(42), 189-206. http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_42_art_7_Neto_Veiga1.pdf
- Oliveira, E. P. (2018). Paradigma Interpretativista nos Estudos Organizacionais [comunicação] Anais do IV Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná Campo Mourão. Paraná, Brasil.
- Oliveira, R. C. D. (2000). Os (des) caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 07-21. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100001>
- Paiva, R. (2003). *Espirito Comum: comunidade, mídia e globalismo*. Mauad Editora Ltda.
- Pimentel, T. D., & Carrieri, A. D. P. (2011). A espacialidade na construção da identidade. *Cadernos Ebape. BR*, 9, 1-21. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100002>
- Rancière, J. (2010). *O Espectador Emancipado*. Orfeu Negro.
- Restrepo, O. (2003). *Reconfigurando el Trabajo Social. Perspectivas y tendencias Contemporaneas*. Editora Espácio.
- Rolnik, R. (2017). *O que é cidade*. Brasiliense.
- Rubin, A., & Babbie, E. (2008). *Research methods for social work*. Thomson Brooks/Cole.
- Saccol, A. Z. (2009). Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. *Revista de Administração da UFSM*, 2(2), 250-269. <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/1555/863>
- Santos, B. D. S. (1995). Sociedade-providência ou autoritarismo social? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 1-7. <http://hdl.handle.net/10316/10803>

- Santos, M. (1999). O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, 1(1), 7-13. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>
- Silva, J. S. (s.d.). *A potência das favelas como seu elemento de sustentabilidade na cidade*. Museu do Amnaha. <https://encurtador.com.br/zSXvb>
- Silva, K., Correia, M., & Malheiros, J. (2019). Viajando por periferias diversas e criativas de lisboa: os bairros da Cova da Moura e do Talude. *Periferias*, 3(1), 1-24. <http://hdl.handle.net/10451/43133>
- Storper, M., & Scott, A. J. (2018). Debates atuais sobre a teoria urbana: uma avaliação crítica/Current debates in urban theory: A critical assessment. *Geografares*, 27, 30-62. <https://journals.openedition.org/geografares/4437>
- Telles, V. S., & Hirata, D. V. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, 21(61), 173-191. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300012>
- Vaz, C. (2014). Reflexões e práticas identitárias de jovens da Cova da Moura (Amadora, Portugal). *Cadernos de Arte e Antropologia*, 3(2), 90-105. <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.775>
- Vinuto, J. (2016). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>
- Yazbek, M. C. (2009). O significado sócio-histórico da profissão. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS, 125-143. <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7IhGdgh1.pdf>

AUTOR:**Lorena Helena Anile**

Instituto Politécnico de Portalegre. Portugal

Doutorada em Serviço Social pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, mestre do curso de pós-graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ligada à linha de pesquisa: Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social, com o reconhecimento do diploma pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com equivalência pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Integrante do grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais - LEUS. Foi revisora do *Jornal Public Sciences & Policies - Ciências e Políticas Públicas - A CAPP Science Journal*. Atualmente é Docente Auxiliar Convidada da Escola Superior de Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre.

lorena.anile@ippportalegre.ptOrcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8084-6561>